



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RELATÓRIO AMBIENTAL

RESUMO NÃO TÉCNICO

dezembro 2024

revisão do

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA

EQUIPA:

Sofia Ramos Cardeira

Isabel Joaquina Ramos



Maria da Conceição Freire



Nuno Gracinhas Guiomar



ÍNDICE

Introdução	1
1. A Avaliação Ambiental Estratégica - Enquadramento, objetivos e metodologia	3
2. O que é o PU Évora, que território abrange e objetivos	5
3. Quais são os Fatores Críticos para a Decisão da 4.ª Revisão do PU Évora	8
4. Quais são as oportunidades e ameaças para um Desenvolvimento Sustentável, decorrentes da 4.ª Revisão do PU Évora.....	12
5. Como será feita a Avaliação da execução da 4.ª Revisão do PU Évora.....	16
6. Conclusões acerca do Desempenho Ambiental e Sustentabilidade da 4.ª Revisão do PU Évora.....	23
Referências Bibliográficas	27

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Área de intervenção do PU Évora (s/escala) ORTO (junho de 2012)	6
--	---

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro problema: Análise <i>SWOT</i> PU Évora por FCD: Pontos Fortes e Forças de mudança	13
Tabela 2 - Quadro problema: Análise <i>SWOT</i> PU Évora por FCD: pontos fracos, ameaças/Risco potencial e Recomendações.....	14
Tabela 3 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Desenvolvimento Social e Económico	17
Tabela 4 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética	18
Tabela 5 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Ordenamento do Território e da Paisagem.....	20
Tabela 6 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural	21
Tabela 7 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Mobilidade Sustentável	22
Tabela 8 - Convergência entre os objetivos do PU Évora e os FCD definidos	25

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Metodologia da AAE da 4.ª Revisão do PU Évora [adaptada da sequência metodológica em AAE (Partidário, 2007)]	4
---	---

Lista de Acrónimos

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

CHE – Centro Histórico de Évora

CME – Câmara Municipal de Évora

DGEG – Direção-geral de Energia e Geologia

EEM – Estrutura Ecológica Municipal

ERAE – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas

FCD – Fatores Críticos para a Decisão

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

PDM – Plano Diretor Municipal

PDME – Plano Diretor Municipal de Évora

PU – Plano de Urbanização

PU Évora – Plano de Urbanização de Évora

QAS – Questões Ambientais e de Sustentabilidade

QE – Questões Estratégicas

QRE – Quadro de Referência Estratégico

RA – Relatório Ambiental

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RNT – Resumo Não Técnico

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) que integra o Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 4.ª revisão do Plano de Urbanização de Évora (PU Évora), na sua versão de julho de 2024.

Tem-se como objetivo informar, divulgar e facilitar a participação pública de todos os interessados, através de linguagem não técnica, acerca das principais questões identificadas no Relatório Ambiental, nomeadamente a metodologia, objetivos e resultados provenientes do processo de AAE.

O processo de AAE da 4.ª Revisão do PU Évora rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com a atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A AAE tem como objetivo a identificação, descrição e avaliação dos possíveis efeitos ambientais, oportunidades e riscos que se colocam a um desenvolvimento sustentável do território, conferindo uma maior clareza a todo o processo, com ênfase nas propostas a desenvolver.

O objetivo principal da AAE da 4.ª Revisão do PU Évora é contribuir para a proposta do plano na sua versão final, **integrando na tomada de decisão as questões ambientais e de sustentabilidade.**

O processo de AAE da 4.ª Revisão do PU Évora teve início antes da apresentação da fase de Análise e Diagnóstico e, desde então, foram realizados vários relatórios com os contributos a serem tomados em consideração.

A primeira fase deu origem ao Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, que está sujeito a consulta pública e foi entregue à Câmara Municipal de Évora (CME) e

submetido para apreciação às entidades competentes - Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE). Para a realização do referido relatório foram contempladas a análise e caracterização da área de intervenção do PU Évora, atualizados à data, e foram incorporados os objetivos da revisão do plano e o quadro estratégico de referência em vigor. **Foi através dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** que, no âmbito da AAE, se avaliaram as opções estratégicas do plano e o modelo territorial proposto, e que foram lançadas as diretrizes para a proposta de 4.ª Revisão do PU Évora.

A segunda fase culminou no Relatório Ambiental onde foram integradas as considerações relevantes, emitidas pelas entidades que se pronunciaram (ERAE). Neste relatório foram considerados os relatórios da fase de Análise e Diagnóstico do PU Évora, entretanto concluídos, e foram apresentados os seus objetivos e visão, bem como as opções estratégicas consideradas na Proposta do PU Évora. Analisadas as opções estratégicas da proposta de revisão do PU Évora, elaborou-se também uma **análise SWOT**, que mais adiante se apresenta (Tabelas 1 e 2).

O processo de AAE ficará concluído após emissão da Declaração Ambiental, que será aprovada pela Agência Portuguesa do Ambiente.

1. A Avaliação Ambiental Estratégica- Enquadramento, objetivos e metodologia

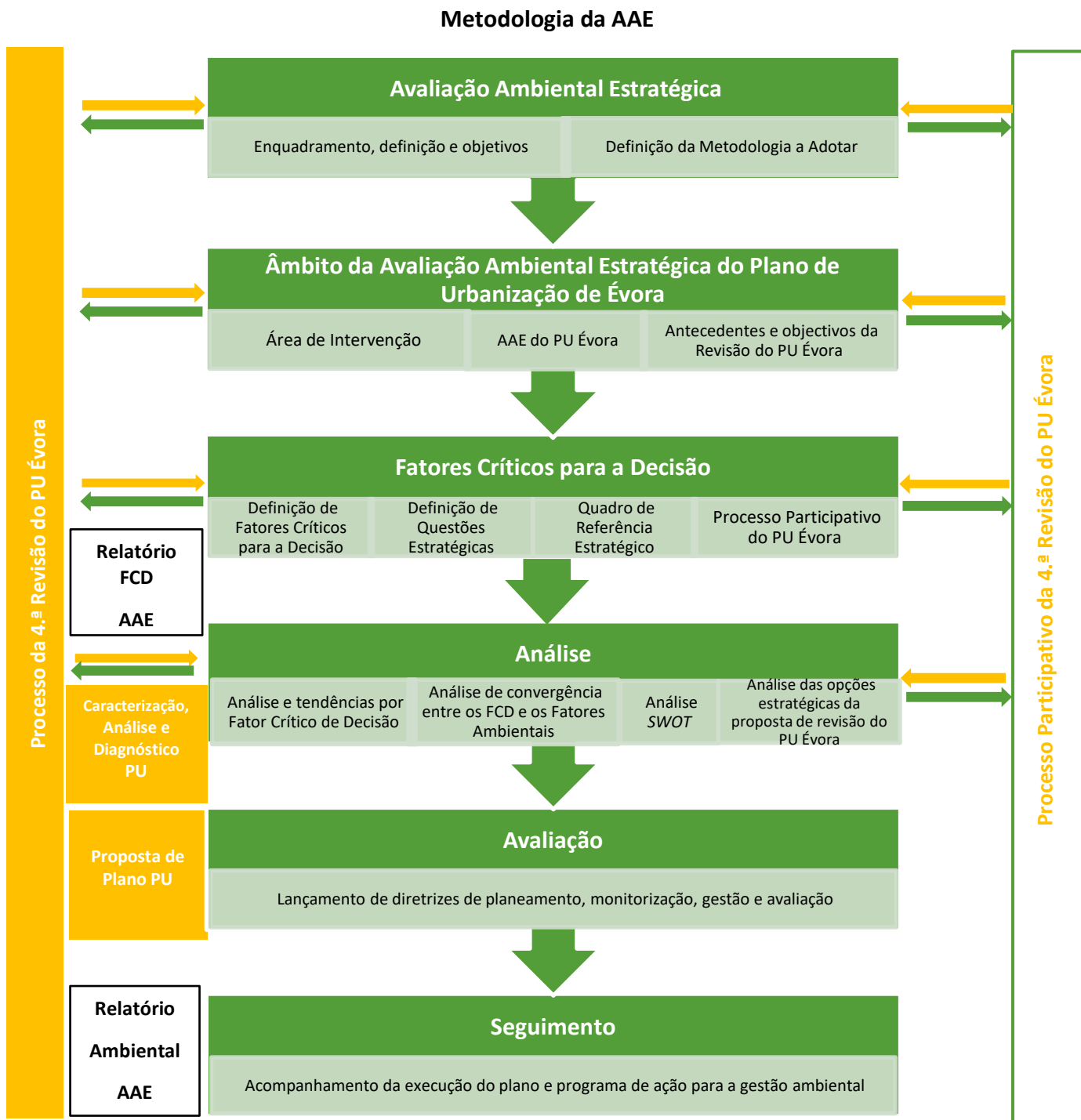
O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com a atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, estabelece a realização de uma **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** de planos e programas, antes da sua aprovação.

O Relatório Ambiental, aqui materializado na forma de Resumo Não Técnico, faz parte do procedimento de avaliação ambiental, que impõe que os planos e programas que enquadrem uma futura aprovação de projetos passíveis de ter efeitos sobre os recursos naturais e ambientais, sejam alvo de Avaliação Ambiental Estratégica.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 4.ª Revisão do PU Évora é da responsabilidade da Câmara Municipal de Évora e decorre do instituído no n.º 2, alínea b), do artigo 100.º do RJIGT (Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio), que estabelece que um Plano de Urbanização deve ser acompanhado por um **Relatório Ambiental** que **identifique, descreva e avalie os eventuais efeitos significativos no ambiente que possam decorrer da aplicação do plano e aponte alternativas de acordo com os objetivos e o âmbito de aplicação territorial**, com vista a uma solução de **planeamento sustentável**. Segundo o Decreto-Lei mencionado, **a AAE deve ser um processo contínuo e integrado na tomada de decisão e deverá respeitar considerações de ordem biofísica, económica, social e históricas**, bem como as políticas em vigor e apresentar alternativas ao proposto sempre que se justifique.

A Metodologia da AAE da 4.ª Revisão do PU Évora é adaptada da sequência metodológica em AAE (Partidário, 2007), conforme Quadro 1, onde se evidencia a interligação entre a AAE e o processo da 4.ª Revisão do PU Évora, que ocorreram em simultâneo.

Quadro 1 - Metodologia da AAE da 4.ª Revisão do PU Évora [adaptada da sequência metodológica em AAE (Partidário, 2007)]



2. O que é o PU Évora, que território abrange e objetivos

O **Plano de Urbanização de Évora**, plano alvo da Avaliação Ambiental Estratégica em apreço, é um **Plano Municipal de Ordenamento do Território**, de âmbito local e de natureza regulamentar, da responsabilidade do município de Évora. **Um Plano de Urbanização é um plano municipal de ordenamento do território** “(...) *que desenvolve e concretiza o Plano Diretor Municipal e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais.*” (n.º 1 do artigo 98º do RJIGT, Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio).

O processo da 4.ª Revisão do Plano de Urbanização de Évora **incide sobre o perímetro urbano da cidade, bairros e áreas de Edificação em Solo Rural Periurbano definidos no Plano Diretor Municipal de Évora (PDME)** em vigor à data do início da Revisão (Aviso 2174/2013, de 12 de fevereiro), **assim como os solos rústicos complementares considerados indispensáveis a uma intervenção integrada de planeamento**, a selecionar a partir das seguintes categorias de espaço do PDME:

- **Espaços rurais** envolventes da Cidade de Évora;
- **Espaços de Pequena Propriedade;**
- **Espaços afetos à atividade industrial – PIAE;**
- **Espaços de Infraestruturas e Equipamentos, designadamente Aeródromo, Cemitério do Espinheiro e Hospital Central do Alentejo.**

São ainda considerados na 4.ª revisão do PU Évora, **os grandes investimentos e as infraestruturas programadas ou em estudo, tais como a ligação ferroviária Évora/Évora Norte e o terminal de mercadorias (a sudoeste de Évora).**

A área de intervenção do plano abrange a União de Freguesias de Évora e áreas da União de Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde, áreas da União de Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras e áreas da Freguesia de Canaviais, conforme ilustrado na Figura 1.



Figura 1 - Área de intervenção do PU Évora (s/escala) ORTO (junho de 2012)

Na fase de Caracterização, Análise e Diagnóstico da 4.^a Revisão do PU Évora (CME, 2023a, b) **foram formulados os seguintes objetivos macro para o território, subdivididos em 16 objetivos gerais:**

A. Reforço de Évora como centro urbano regional

1. Inovação e investimento empresarial e científico
2. Desenvolvimento integrado de cultura e turismo
3. Fixação de população jovem

B. Valorização patrimonial alargada

4. Valorização multifuncional da Cidade Intramuros
5. Qualificação do entorno da Cidade Intramuros
6. Valorização do património rural e paisagístico

C. Estruturação e qualificação da Cidade

7. Alteração do sistema de mobilidade
8. Explicitação de rede ecológica qualificada
9. Equilíbrio funcional
10. “Cerzimento” urbano na Cidade Extramuros

D. Qualificação da paisagem e da ocupação agroflorestal

11. Estruturação da paisagem rural
12. Qualificação do montado
13. Qualificação da ocupação dispersa

E. Reforço da coesão social

14. Acesso à habitação
15. Rede de apoio a idosos
16. Identidade e vivência local.

3. Quais são os Fatores Críticos para a Decisão da 4.ª Revisão do PU Évora

Tal como descrito anteriormente acerca da metodologia da AAE, definiram-se **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** que consistiram nos temas fundamentais sobre o quais a Avaliação Ambiental Estratégica incidu, e que foram considerados em sede de proposta do PU Évora. **Os FCD resultaram da análise de Questões Estratégicas (QE)**, que dizem respeito aos objetivos estratégicos ou desafios do PU Évora e que foram consideradas para se atingir uma visão sustentável de futuro; e do **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, que considera orientações preconizadas pela política internacional e nacional (de diferentes âmbitos), bem como os objetivos e metas estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade. Estabelecidos estes FCD, os mesmos foram avaliados face às **Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)**, que definem o âmbito de intervenção com relevância para a avaliação – **Fatores Ambientais (FA)**, de acordo com o estipulado na Lei:

- Água;
- Atmosfera;
- Bens materiais;
- Biodiversidade;
- Fatores climáticos;
- Fauna;
- Flora;
- Paisagem;
- Património cultural (incluindo património arquitetónico e arqueológico);
- População;
- Saúde humana; e
- Solo.

Na definição das políticas orientadoras, consagradas no **Quadro de Referência Estratégico**, consideraram-se estratégias, programas e planos, entre outros, a saber:

Âmbito Internacional/Europeu/Nacional:

- Agenda 2030;
- PNPOP – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2019);
- Portugal 2020;
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência
- Plano de Ação da Qualidade do Ar;
- PNEC 2030- Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030;
- PNUEA - Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020;
- PENSAARP 2030 - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais;
- PERSU 2030 – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos;
- Estratégia Nacional para Mobilidade Ativa 2020-2030;
- Plano Rodoviário Nacional.
- Estratégia para o Turismo 2027 (ET27);

Âmbito Regional:

- PROT Alentejo – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo;
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica Guadiana/ Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira/ Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo.

Âmbito Municipal:

- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028;
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Évora 2024;
- PMUSE – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora;
- Estratégia Évora Capital da Cultura 2027;
- PDM Évora – Plano Diretor Municipal de Évora;
- Plano Estratégico do Aeródromo Municipal de Évora 2020-2024;
- Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico;

- Plano Local de Habitação de Évora 2020| 2026;
- Programa de Melhoramento das Condições de Habitabilidade;
- Plano Municipal da Juventude 2021-2025;
- Carta Educativa de Évora 2023-2033; e
- Carta Social do Concelho de Évora.

Acrescenta-se ao Quadro de Referência Estratégico todo o processo de participação pública levado a cabo no âmbito da Revisão do PU Évora, **cujos contributos foram fundamentais e considerados e contemplados na proposta de Plano.** Salienta-se a importância das sessões públicas, com o objetivo de reunir contributos dos cidadãos eborenses, nomeadamente as suas expectativas, no âmbito do **Processo Participativo do Plano de Urbanização de Évora**, processo este com o objetivo de construir um modelo de cidade e sociedade juntamente com os cidadãos.

Foram assim definidos como Fatores Críticos para a Decisão: **Desenvolvimento Social e Económico; Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética; Ordenamento do Território e da Paisagem; Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural;** e **Mobilidade Sustentável**, descritos sucintamente:

- **Desenvolvimento Social e Económico** – será obrigatório que a proposta de revisão do plano em apreço garanta ações e transformações no território benéficas para as condições de população, saúde humana, habitação e, ainda, para o crescimento económico, atraindo a diversificação das atividades económicas, assegurando o emprego e turismo e a fixação da população;

- **Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética** – será obrigatório que a proposta de revisão do plano em apreço garanta ações e transformações no território benéficas para o sistema ambiental (ar, água solo e fatores climáticos) e para a melhor produção, gestão e valorização de resíduos e, que, ainda, garanta a produção de energia mais limpa (fontes renováveis) e a promoção de estratégias energeticamente eficientes na construção de edifícios (materiais), com a redução dos consumos energéticos, com vista

à salvaguarda da cidade. Os riscos naturais, tecnológicos e mistos identificados na Caracterização da Proposta de Revisão devem ser considerados na proposta do PU Évora. De especial importância deverá ser o cuidado com as questões relacionadas com a água, sobretudo com as águas residuais e a água destinada ao consumo humano, pois é um recurso limitado e indispensável, devendo ser acauteladas a sua gestão e racionalização;

- **Ordenamento do Território e da Paisagem** – será obrigatório que a proposta de revisão do plano em apreço garanta ações e transformações no território benéficas que garantam uma correta ocupação e uso do solo - ordenamento do território, considerando: habitação, infraestruturas urbanas básicas, equipamentos, e, ainda, manutenção e valorização da paisagem singular e respetiva identidade eborense. Deverá ser ainda garantida a articulação da evolução da cidade com as políticas públicas, através da promoção de dinâmicas que se adaptem à classificação de Évora como património da humanidade. Este FCD é crucial pois a sua concretização terá como resultado o desenvolvimento e a afirmação de Évora a nível local, regional e nacional;

- **Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural** – será obrigatório que a proposta de revisão do plano em apreço garanta ações e transformações no território benéficas para a manutenção e valorização do património natural (biodiversidade - fauna e flora, sem esquecer os recursos hídricos) e, do património cultural eborense (património arquitetónico e arqueológico), especialmente direcionadas para o acolhimento das atividades associadas a Évora como *Capital Europeia da Cultura*;

- **Mobilidade Sustentável** – será obrigatório que a proposta de revisão do plano em apreço garanta ações e transformações no território que garantam a acessibilidade e uma mobilidade urbana mais eficaz e eficiente energeticamente (considerando rede pedonal, viária e ferroviária) e que privilegie uma mobilidade suave, com menos impactes ambientais.

4. Quais são as oportunidades e ameaças para um Desenvolvimento Sustentável, decorrentes da 4.ª Revisão do PU Évora

Uma abordagem estratégica e adequada à realidade em AAE deverá decorrer de um diagnóstico do território alvo de proposta, que permita avaliar os efeitos para o desenvolvimento sustentável. Este diagnóstico foi elaborado e decorreu da fase de Caracterização e Diagnóstico da 4.ª Revisão do PU Évora. Foram identificados os problemas, potencialidades e conflitos que conduziram a uma análise *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats*), uma técnica de gestão estratégica com a identificação de: Pontos fortes/pontos fracos/oportunidades e ameaças, com vista ao melhor modelo de desenvolvimento territorial a adotar possível.

Apresentam-se nas Tabelas 1 e 2 o “Quadro problema - análise *SWOT*”, um elemento de análise estratégico que permite melhor compreender o território, ajudando na tomada de decisão. Esta análise sistematiza os principais pontos fortes, a par de formas de valorizar e potenciar os mesmos, descritos como “oportunidades de mudança”, que se colocam para o desenvolvimento sustentável do território eborense, por FCD. No caso dos pontos fracos, identificam-se os principais constrangimentos/ameaças e, consequentes “recomendações”, com o objetivo de incorporar no desenho da proposta do PU Évora medidas para prevenir, reduzir e eliminar os possíveis efeitos adversos da revisão do PU Évora no ambiente (*lato sensu*).

Tabela 1 - Quadro problema: Análise SWOT PU Évora por FCD: Pontos Fortes e Forças de mudança

Pontos Fortes	Oportunidades de mudança	FCD
<ul style="list-style-type: none"> - Universidade de Évora; - Setor terciário; - Infraestruturas e equipamentos; - Posição central e estratégica; - Centro regional de atividades industriais e logísticas, produção aeronáutica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atratividade para viver em Évora; - Crescimento económico e fomento de emprego; - Sinergias e investimento de valor científico, cultural e tecnológico; - Produtos turísticos de alta qualidade e identidade; - Distribuição funcional urbana equilibrada. 	Desenvolvimento Social e Económico
<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do ambiente; - Dias de sol por ano; - Solos de alta fertilidade em áreas urbanas e de Reserva Agrícola Nacional nas áreas de solo rústico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do ambiente e eficiência energética; - Rede Ecológica qualificada, multifuncional e articulada- Estrutura ecológica urbana/Estrutura Ecológica municipal - Produção de energia renovável; - Melhorar espaço público urbano; - Materializar a Mobilidade sustentável. 	Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética
<ul style="list-style-type: none"> - Posição central e estratégica; - Património natural e patrimonial (paisagístico, edificado e imaterial); - Rede Hidrográfica; - Espaço Rural; - Bairros; - Ação política urbanística; - Paisagem singular. 	<ul style="list-style-type: none"> - Competitividade e inovação; - Produtos turísticos de alta qualidade e identidade; - Desenvolvimento rural; - Qualidade de vida; - Coesão territorial da Cidade- Qualificação e valorização da Cidade intramuros e extramuros e articulação entre elas; - Qualidade patrimonial urbana; - Conservação Integrada do Centro Histórico; - Implementação local das políticas de habitação;- Valorização e preservação do património natural, paisagístico e cultural; - Atração internacional (turismo cultural) - Participação em redes de cidades europeias e internacionais. 	Ordenamento do Território e da Paisagem
<ul style="list-style-type: none"> - CHE- Património Mundial da Unesco; - Paisagem rural-Unidades paisagísticas de grande qualidade paisagística e patrimonial; - Sistemas agroflorestais e povoamentos florestais; - Alto valor Patrimonial; - Interesse histórico, estético e ecológico - Importante reserva de água subterrânea; - Solos reconhecidos como de “valor ecológico muito elevado” ao longo das linhas de água 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeção de Évora Capital Europeia da cultura no ano de 2027; - Rede de Percursos de lazer; - Produtos turísticos de alta qualidade e identidade - Identidade/qualidade de vida; - Gestão eficiente da água; - Qualidade do ar e do ruído. 	Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural
<ul style="list-style-type: none"> - Início de requalificação de ciclovias PMSUE; - Estrutura ecológica urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar e qualificar a estrutura viária principal e articular com percursos pedonais, cicláveis e arborização; - Materializar a Mobilidade Sustentável. 	Mobilidade Sustentável

Tabela 2 - Quadro problema: Análise SWOT PU Évora por FCD: pontos fracos, ameaças/Risco potencial e Recomendações

Pontos Fracos	Ameaças/Risco Potencial	Recomendações	FCD
<ul style="list-style-type: none"> - Envelhecimento populacional e pouca fixação da população jovem; - Diminuição de residentes no Centro Histórico; - Dificuldade no acesso à habitação; - Segregação funcional a sul e na cidade intramuros; -Aumento Do índice de degradação dos edifícios, (exceção CHE). 	<ul style="list-style-type: none"> - Desertificação; - Despovoamento e redução da gestão do espaço rural e conseqüente abandono das atividades económicas do setor primário; - Desequilíbrio funcional e vivencial; - Ameaça à multifuncionalidade do tecido urbano - Crescente e potencialmente excessiva ocupação do CH com arrendamento a estudantes, turismo e alojamentos locais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivos para viver em Évora e políticas de custos acessíveis para aquisição de imóveis e arrendamento no CHE - Medidas pró-ativas de gestão do espaço rural; - Coesão territorial da Cidade e plurifuncionalidade da Cidade intramuros e a norte da cidade; - Fomento da Reabilitação Urbana; - Criação de escala e reforço de relações com o exterior; - Economia Circular 	<p>Desenvolvimento Social e Económico</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do ar e da água suscetíveis de pontos de melhoria; - Alterações Climáticas; - Calor excessivo e ondas de calor; secas e chuvas torrenciais; - Pressão sobre os recursos hídricos; - Vulnerabilidade do escoamento no espaço urbano; - Produção e gestão de resíduos; - Idade avançada da rede de distribuição de água existente; - Aumento da concentração de CO2 na atmosfera. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descaracterização da paisagem tradicional; - Escassez de recursos hídricos; - Riscos de cheias e erosão hídrica do solo; - 43% do território apresenta risco elevado e muito elevado associado a povoamentos florestais de elevado valor económico e ambiental, sobretudo em espaço rural; - Riscos associados a temperaturas elevadas, ondas de calor ou calor excessivo e secas, com efeitos possíveis na saúde, qualidade de vida e turismo; - Alterações nos ecossistemas por abandono dos espaços agrícolas; - Impactes adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos; - Diminuição da saúde da população e qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria do espaço público urbano - continuidades espaciais e de coberto vegetal; - Materialização da Mobilidade sustentável; - Adaptação às alterações climáticas e “Descarbonização” da cidade de Évora - Produção de energia mais limpa (fontes renováveis, sobretudo solar); - Melhoramento do comportamento térmico dos edifícios. - Seleção criteriosa das espécies a cultivar para produção, proteção e espaços urbanos. - Escoamento do sistema de águas pluviais e maior permeabilização do solo; - Economia circular- Circularidade de energia e recursos/Gestão e valorização de resíduos; - Soluções e Mitigação dos efeitos das inundações e da seca. 	<p>Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética</p>

Pontos Fracos (cont.)	Ameaças/Risco Potencial	Recomendações	FCD
<ul style="list-style-type: none"> - Inconsistência na malha urbana; - Ocupação edificada dispersa; - Falta de competitividade, conetividade e projeção nacional e internacional; - Fraca mobilização e orientação para iniciativa privada; - Escassez de espaços verdes urbanos - Distribuição algo desequilibrada da rede de equipamentos da cidade; - Idade avançada da rede de distribuição de água existente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Despovoamento humano e redução da gestão do espaço rural; - Descaracterização da paisagem tradicional alentejana; - Desequilíbrio funcional e vivencial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de escala e reforço de relações com o exterior; - Coesão territorial da Cidade com foco na Cidade norte (área urbana a colmatar) e cidade nascente e qualificação e valorização da Cidade intramuros e extramuros e articulação entre elas e bairros; - Incentivos para a iniciativa privada; - Mobilidade/Rede Viária e Ferroviária; - Melhoramento da rede de equipamentos - ao nível de Centro Urbano Regional de nível 1; - Rede de infraestruturas com um nível superior; - Estrutura Ecológica Urbana-aumento/qualificação dos espaços verdes urbanos. 	<p>Ordenamento do Território e da Paisagem</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de conservação e valorização do património natural e cultural; - Tendência de perda de coberto nos montados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descaracterização da paisagem tradicional alentejana; - Perda de vitalidade nas atividades económicas associadas ao edificado patrimonial; - Alterações nos ecossistemas; - Falta de atratividade e de competitividade; - Perda de qualidade de vida; 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeção de Évora da Cultura no ano de 2027; - Conservação do património edificado em risco; - Conservação e expansão do montado. 	<p>Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas ferroviárias em falta; - <i>Hipermotorização</i> assente no automóvel individual; - Rede viária insuficiente; - Falta de percursos pedonais e cicláveis; - Fraca atratividade dos transportes públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de qualidade de vida; - Perda de qualidade do ambiente urbano; - Falta de conetividade; - Não concretização do PMSUE; 	<ul style="list-style-type: none"> - Materialização da Mobilidade sustentável com soluções energeticamente eficientes; - Qualificação do espaço público; - Qualificação dos percursos modos suaves: rede viária e pedonal e intermodalidade; - Política de estacionamento automóvel. 	<p>Mobilidade Sustentável</p>

5. Como será feita a Avaliação da execução da 4.ª Revisão do PU Évora

A avaliação da execução da 4.ª Revisão do PU Évora passará pelas seguintes etapas: **planeamento, monitorização, gestão e avaliação**. A metodologia tem como base as recomendações presentes no “Guia das melhores práticas para a avaliação ambiental estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE” (Partidário, 2012).

Uma vez que a AAE suporta a sustentabilidade ambiental da solução de planeamento que venha a ser encontrada, foi realizado um quadro de avaliação, com indicadores por FCD (Tabelas 3, 4, 5, 6 e 7), a considerar na proposta da 4.ª Revisão do PU Évora.

Foram definidos Critérios de Avaliação por FCD, concretizados através de indicadores mensuráveis e de uma unidade de medida. Os indicadores foram definidos com o objetivo de informar quanto à avaliação dos efeitos significativos da implementação do PU Évora no ambiente, através da averiguação do grau de resposta do PU Évora, no futuro, ao identificado no Quadro Problema - Análise *SWOT* (Tabelas 1 e 2).

De salientar que, todos os indicadores deverão ser avaliados com periodicidade anual.

Tabela 3 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Desenvolvimento Social e Económico

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores a considerar	Unidades de medida	Fonte
Desenvolvimento Social e Económico	Atividades Económicas	Número de empresas criadas	n.º	CME
		Valor Acrescentado Bruto do setor primário	€	CME INE
		Número médio de noites por indivíduo em estabelecimentos de alojamento turístico	n.º	CME
	Distribuição funcional urbana equilibrada	Número de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços criados	n.º	CME
	População	N.º de edifícios do parque habitacional requalificados	n.º	CME
		Parque habitacional (n.º de edifícios)	n.º	CME
		Variação da População residente	n.º hab (Variação face ao último recenseamento)	CME INE
		Variação da População residente (População ativa)	n.º hab (Variação face ao último recenseamento)	CME INE
		Número de entradas de estudantes na Universidade de Évora	n.º	CME UE

Legenda - n.º-número; €-euros; n.º hab -número de habitantes.

Tabela 4 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores a considerar	Unidades de medida	Fonte
Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética	Ar, ambiente e clima	Índice de Qualidade do Ar (IQAr)	n.º	APA CME CCDRA
		Número de árvores de arruamento	% n.º	CME
		Área ocupada por espaços verdes	m ²	CME
		Emissões de Gases com efeito de estufa (GEE)	t/ano	APA CME
	Saúde	População exposta a excesso de ruído	%	CME
		Rede de percursos e de ciclovias	Km	CME
	Água	Número de massas de água superficiais e Massas de água subterrâneas	n.º	APA CME
		Consumo de água por habitante	m ³ /hab	CME
		Perdas de água nos sistemas de abastecimento	% m ³	CME
		Águas residuais urbanas e pluviais aproveitadas, após tratamento.	m ³	CME

Legenda - n.º-número; %-percentagem; m²-metro quadrado; t/a-tonelada por ano; Km-quilómetro; m³-metro cúbico; m³/hab - metro cúbico por habitante.

FCD	Crêterios de avalia�o	Indicadores a considerar	Unidades de medida	Fonte
Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética (cont.)	Solos	�rea de território com solos com elevado valor, não artificializados	m ²	CME
		�rea de solo impermeabilizado	m ² ou %	CME
	Energia	Consumos de energia por habitante	Kwh / hab	CME DGEG
		Número de Edifícios com certifica�o energética com classifica�o A a C	n.�	CME
		Produ�o de energia limpa e renovável	%	CME DGEG

Legenda - m²-metro quadrado; %-percentagem; Kwh/hab-quilowatt-hora por habitante; n. -número.

Tabela 5 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Ordenamento do Território e da Paisagem

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores a considerar	Unidades de medida	Fonte	
Ordenamento do Território e da Paisagem	Gestão do espaço rural	Parcerias institucionais entre os atores dos meios rurais e urbanos	n.º	CME	
	Solo Rústico - áreas de edificação dispersa	Área de edificação dispersa	m²	CME	
	Atração internacional (turismo cultural)	Número de parcerias em redes de cidades europeias e internacionais.	n.º	CME	
	Infraestruturas e equipamentos		Número de equipamentos- ao nível de Centro Urbano Regional de nível 1	n.º	CME
			Infraestruturas renovadas	n.º	CME

Legenda - n.º-número; m²-metro quadrado.

Tabela 6 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural

FCD	Critérios de avaliação	Indicadores a considerar	Unidades de medida	Fonte
Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural	Património cultural	Edifícios e outros elementos patrimoniais requalificados no CHE	n.º	CME
		Edifícios e outros elementos patrimoniais requalificados fora do CHE	n.º	
	Património edificado	Património edificado em “risco” (proteção)	n.º	CME
	Estrutura Ecológica Urbana e EEM/ Paisagem	Área de Estrutura Ecológica Urbana	m²	CME
	Biodiversidade	Número de intervenções de conservação ou valorização do património natural	n.º	CME ICNF
	Ocupação do solo com sistemas agroflorestais e povoamentos florestais	Área de Ocupação do solo com montado	ha	CME

Legenda - n.º-número; m²-metro quadrado; ha-hectare.

Tabela 7 - Quadro de Avaliação - Indicadores e FCD: Mobilidade Sustentável

FCD	Critérios e avaliação	Indicadores a considerar	Unidades de medida	Fonte
Mobilidade Sustentável	Oferta de transportes públicos	População residente que utiliza transportes públicos nas deslocações diárias	%	CME
		Percentagem da população que utiliza o automóvel individual como o meio de transporte principal	%	CME
	Presença do automóvel em meio urbano	Número de lugares de estacionamento no CHE	n.º	CME
	Mobilidade Urbana Eficaz e Suave	Extensão de percursos cicláveis/pedonais	Km	CME
		População residente que utiliza modo pedonal e/ou ciclável e/ou transportes coletivos nas deslocações diárias	%	CME
	Acessibilidades	Rede viária requalificada	nº Km	CME

Legenda - %-percentagem; n.º-número; Km-quilómetro.

6. Conclusões acerca do Desempenho Ambiental e Sustentabilidade da 4.ª Revisão do PU Évora

O presente Resumo Não Técnico materializa sucintamente, e de forma não técnica, aquilo que foi o processo de Avaliação Ambiental Estratégica da 4.ª Revisão do Plano de Urbanização de Évora.

Tal como a AAE demonstrou, a proposta de revisão do PU Évora (decorrente de um incisivo diagnóstico do território eborense) constituiu uma oportunidade para colmatar as tendências negativas e para potenciar os pontos fortes que se manifestam no território.

Évora, como cidade estratégica e histórica de referência, deverá ser cada vez mais uma **cidade atrativa para viver e para fixar população, bem como ser capaz de captar investimento, preservar o património e ter uma mobilidade eficaz dentro da cidade e nas importantes conectividades com o exterior** (a nível regional, nacional e europeu). Para tal é determinante que seja dada especial atenção às questões relativas à qualidade de vida urbana, onde o desígnio da habitação e da valorização dos recursos naturais e recursos culturais existentes são determinantes para a consolidação dessa atratividade.

Tendo por base o desígnio estratégico do PDM de Évora: (...) fazer de Évora um território qualificado, dinâmico, atrativo e com elevada qualidade de vida (...), as principais diretrizes de planeamento foram lançadas, sendo, daqui para a frente, fundamental, **o envolvimento de todos os agentes para o sucesso da implementação da 4.ª Revisão do PU Évora.**

A governação será muito importante. Nesse sentido, foram previamente estabelecidas diretrizes de governança para cada entidade relevante, que permitirão fazer a avaliação, o seguimento e o acompanhamento da execução do plano e do respetivo programa de ação.

A aposta na metodologia adotada ao longo do processo de AAE, de carácter antecipativo e informativo, tanto na fase de análise e diagnóstico, como na fase de proposta, **revelou ser consequente e determinante nesta 4ª Revisão do PU Évora.**

As **considerações ambientais** identificadas, com vista à sustentabilidade do território e ao equilíbrio entre os fatores económicos, ambientais e sociais, e riscos e oportunidades associados, **foram sendo sempre ponderadas e incluídas ao longo de todo o processo de proposta de opções estratégicas e adoção de soluções, resultando num modelo territorial consubstanciado em programas e ações que oferecem um elevado grau de resposta ao recomendado, designadamente aos FCD** definidos:

- Desenvolvimento Social e Económico;
- Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética;
- Ordenamento do Território e da Paisagem, e
- Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural e Mobilidade Sustentável.

Deste processo de AAE resulta, assim, uma proposta de plano onde o modelo desenhado dá resposta às questões ambientais relevantes, minimizando eventuais efeitos negativos e potenciando eventuais efeitos positivos.

A Tabela 8 avalia a convergência entre cada um dos objetivos e os critérios dos FCD definidos. Considerando-se Convergência Fraca quando o objetivo contribui pouco para a execução do FCD; Convergência Média quando o objetivo contribui em parte para a concretização do FCD; e Convergência Forte quando o objetivo contribui fortemente para a concretização do FCD. De um modo geral, a convergência é Forte.

Tabela 8 - Convergência entre os objetivos do PU Évora e os FCD definidos

Objetivos macro e objetivos gerais	Fatores Críticos para a Decisão (FCD)				
	Desenvolvimento Social e Económico	Qualidade do Ambiente e Eficiência Energética	Ordenamento do Território e da Paisagem	Conservação e Valorização do Património Natural e Cultural	Mobilidade Sustentável
Reforço de Évora como centro urbano regional 1. Inovação e investimento empresarial e científico 2. Desenvolvimento integrado de cultura e turismo 3. Fixação de população jovem					
Valorização patrimonial alargada 4. Valorização multifuncional da Cidade Intramuros 5. Qualificação do entorno da Cidade Intramuros 6. Valorização do património rural e paisagístico					
Estruturação e qualificação da Cidade 7. Alteração do sistema de mobilidade 8. Explicitação de rede ecológica qualificada 9. Equilíbrio funcional 10. “Cerzimento” urbano na Cidade Extramuros					
Qualificação da paisagem e da ocupação agroflorestal 11. Estruturação da paisagem rural 12. Qualificação do montado 13. Qualificação da ocupação dispersa					
Reforço da coesão social 14. Acesso à habitação 15. Rede de apoio a idosos 16. Identidade e vivência local					

Legenda

Fraca	Média	Forte
-------	-------	-------

A análise efetuada permite concluir que, de um modo geral, os objetivos e visão estabelecidos no PU Évora, vão ao encontro do preconizado na primeira fase da AAE,

nomeadamente quanto à consideração dos FCD identificados. Tratando-se de um Plano de Urbanização, dada a sua natureza e escala de intervenção, é natural que alguns aspetos possam ser considerados com mais eficiência e acuidade do que outros, ainda que tenham sido igualmente objeto de ponderação na fase de proposta de plano.

Em conclusão, a avaliação resultante do processo da AAE conclui que a proposta da 4.ª Revisão do PU Évora é compatível com o ambicionado quanto a opções estratégicas e que promove um desenvolvimento sustentável do território eborense.

Referências Bibliográficas

- Câmara Municipal de Évora. Cadernos de Análise e Diagnóstico Operativo - Relatórios 1 a 11. Revisão do PU ÉVORA. CME, 2023a.
- Câmara Municipal de Évora. Cadernos de Análise e Diagnóstico Operativo – Relatório A Cidade e a sua Envolvente. Revisão do PU ÉVORA. CME, 2023b.
- Partidário, Maria do Rosário. Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações metodológicas. APA, 2007.
- Partidário, Maria do Rosário. Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas para um Pensamento Estratégico em AAE. APA, 2012.